

**ATA Nº. 46 - REUNIÃO DO COLÉGIO DE PRESIDENTES DE TRIBUNAIS  
ELEITORAIS DO BRASIL**

**RIO DE JANEIRO/ RJ – 27/08/2009**

Às nove horas e trinta minutos do dia vinte e sete de agosto do ano de dois mil e nove, nas instalações do Pestana Rio Atlântica Hotel, na cidade do Rio de Janeiro, sob a Presidência do Senhor Desembargador **Alberto Motta Moraes**, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro e do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais, compondo a mesa juntamente com as seguintes autoridades: o Desembargador **Manoel Alves Rabelo**, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo e Vice-Presidente do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais; e a Desembargadora **Eulália Maria Ribeiro Gonçalves Nascimento Pinheiro**, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí e Secretária do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais. Presentes também no Encontro os demais Presidentes e representantes dos Tribunais Regionais Eleitorais, quais sejam: Desembargador **Arquilau de Castro Melo**, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Acre; Desembargador **Estácio Luiz Gama de Lima**, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas; Desembargador **Luiz Carlos Gomes dos Santos**, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá; Desembargador **Ari Jorge Moutinho da Costa**, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral Amazonas; Doutor **Marcelo Silva Britto**, Representante do Presidente do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia; Desembargadora **Gizela Nunes da Costa**, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará; Desembargador **Dácio Vieira**, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal; Desembargador **Floriano Gomes**, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás; Desembargadora **Nelma Celeste Sousa Silva**

**Sarney Costa**, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão; Desembargador **Evandro Stábile**, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso; Desembargador **Luiz Carlos Santini**, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral Mato Grosso do Sul; Doutora **Mariza de Melo Porto**, Representante do Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais; Desembargador **João José da Silva Maroja**, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Pará; Desembargador **Júlio Paulo Neto**, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba; Desembargador **Jesus Sarrão**, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná; Desembargadora **Alderita Ramos de Oliveira**, Vice-Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco; Desembargador **Exedito Ferreira de Sousa**, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte; Desembargador **Sylvio Baptista Neto**, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul; Desembargador **Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes**, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia; Desembargador **Cláudio Barreto Dutra**, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina; Desembargador **Marco César Muller Valente**, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo; Desembargador **Cláudio Dinart Déda Chagas**, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe; Doutor **Hélio Miranda**, Representante do Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins. Compareceram ao evento, também, os Juizes Luiz de Mello Serra (Corregedor Regional Eleitoral), Célio Thomaz Júnior e Paulo Troccoli Neto, Membros do TRE-RJ, bem como a Dra. Silvana Batini, Procuradora Regional Eleitoral.

**INÍCIO DOS TRABALHOS:** Inicialmente, todos foram convidados a ouvir o Hino Nacional Brasileiro. A seguir, o Exmo. Des. Alberto Motta Moraes declarou aberto o XLVI Encontro do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais, saudando todos os presentes. Apresentou-se como Presidente do TRE anfitrião e do Colégio, passando-se em seguida a apresentação dos demais Presidentes e Representantes presentes ao evento.

**PAUTA -ITEM 1:** Iniciando a programação, o Presidente do TRE-RJ, Des. Alberto Motta Moraes, auxiliado por servidores do Regional fluminense, falou sobre a experiência do Rio de Janeiro na revisão do eleitorado de Armação dos Búzios, realizada em junho de 2009. Também fez uso da palavra o Juiz Luiz de Mello Serra, Corregedor Regional Eleitoral. Foram abordados o planejamento, a logística do atendimento, sistemas de informática adotados, os custos do cadastramento, as dificuldades encontradas, a publicidade para chamamento dos eleitores e os resultados alcançados. Além disso, foi abordada a necessidade de normatização do processo revisional, definindo os critérios para realização dos trabalhos, com destaque para documentos exigidos do eleitor para a revisão, delimitação de atribuições e competências, casos de isenção de multas eleitorais, entre outros. Concluindo a apresentação, o Des. Alberto Motta Moraes agradeceu o apoio recebido de outros Regionais para a realização do procedimento realizado, enfatizando o espírito de unidade que caracteriza a Justiça Eleitoral. **PAUTA - ITEM 2:** Em continuidade, S. Exa, o Des. Cláudio Dinart Déda Chagas, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, apresentou, auxiliado por técnico daquele Tribunal, o sistema ANALOG, desenvolvido para registrar todos os eventos ocorridos nas urnas eletrônicas e conferir maior segurança e transparência ao sistema eletrônico de votação. Informou que o sistema já foi testado por dez Tribunais Eleitorais e será disponibilizado para os demais. O ANALOG gera diversos relatórios contendo dados minuciosos sobre os eventos detectados nas urnas, permitindo, a partir da análise dessas informações, a auditoria do sistema de votação e a formulação de planejamentos mais precisos para as eleições seguintes.

**PAUTA - ITEM 3:** Em prosseguimento, o Des. Júlio Paulo Neto, Presidente do TRE da Paraíba, também auxiliado por servidores daquele Regional, fez a apresentação do SISTEMA DE DIÁRIAS, versão 2.9, adotado por aquele órgão. O sistema agiliza o processo de concessão

de diárias e o controle respectivo, vez que a tramitação ocorre integralmente por meio eletrônico, podendo ser concluído em menos de uma hora, enquanto o procedimento anterior, em processo físico, levava dias para chegar a termo. Além disso, destacou que o sistema apresentado confere maior economicidade ao procedimento de concessão de diárias.

Após o intervalo para almoço, os trabalhos foram retomados, às 15 horas, oportunidade em que o Des. Alberto Motta Moraes convidou os demais Presidentes e representantes dos Tribunais Regionais Eleitorais para o tradicional registro fotográfico do Encontro.

**PAUTA - ITEM 4:** Fez uso da palavra a Desa. Nelma Celeste Sousa Silva Sarney Costa, Presidente do TRE do Maranhão, versando sobre soluções informatizadas de apoio à gestão de pessoas, tendo por finalidade agilizar as atividades a cargo da Secretaria de Gestão de Pessoas. Foram apresentados, por técnico do Tribunal, os módulos seguintes: Conferência de Folha de Pagamento, Portal do Servidor, Férias, Substituição de Servidores, Capacitação de Pessoas, Concurso de Remoção e Informação de Juizes e Zonas Eleitorais. Esses sistemas permitem o acompanhamento eletrônico pelos servidores interessados e conferem economia e rapidez nos procedimentos administrativos. Na sequência, manifestaram-se alguns Presidentes de Tribunais acerca das dificuldades encontradas no controle de frequência de juizes, por inexistir, possivelmente, falhas de comunicação entre o Tribunal Eleitoral e o Tribunal de Justiça do Estado respectivo.

**PAUTA - ITEM 5:** Com a palavra, o Presidente do TRE-PA, Des. João José da Silva Maroja, retirou de pauta a apresentação do programa Eleitor Alfabetizado, desenvolvido por aquele Regional, adiando-a para o próximo Encontro. Na oportunidade, disse que também fará a apresentação de outro programa em execução por aquele Regional, sobre inclusão digital. Além disso, convidou a todos para se fazerem presentes ao Congresso Latinoamericano de Direito Eleitoral

Comparado, nos dias 1 e 2 de outubro deste ano, em Belém-PA, com a confirmação de participação de dezenove nações latinoamericanas. Ressaltou que a abertura do congresso será feita pelo Min. Carlos Ayres Britto contando com a participação da Min. Carmen Lúcia, do Min. Ricardo Lewandovsky, do Min. Carlos Mário Veloso, entre outras autoridades de renome mencionadas na oportunidade. Com a palavra, o Des. Alberto Motta Moraes destacou que o local onde será realizado o aludido congresso possui espaço e conforto compatíveis com o evento. Em seguida, foi apresentado um vídeo com imagens do centro de convenções escolhido para a realização do seminário, e outro vídeo alusivo ao evento em apreço.

**PAUTA - ITEM 6:** Em seguida, o Presidente do TRE-PB, Des. Júlio Paulo Neto, também retirou da pauta o assunto previsto para a oportunidade, acerca da avaliação de desempenho e adicional de qualificação (sobras de ações de treinamento).

Com a palavra, o Des. Luiz Carlos Santini, Presidente do TRE-MS, solicitou que fosse discutida, no próximo encontro do Colégio, em Curitiba-PR, a questão do voto dos presos provisórios, fazendo, desde logo, digressões sobre as dificuldades que se verificam quando da efetivação desse direito. Esclareceu que a matéria está sendo apresentada na mídia por movimentos sociais, merecendo apreciação no próximo encontro. Informou, ainda, que está programando as atividades alusivas à celebração dos trinta anos da Justiça Eleitoral na circunscrição de Mato Grosso do Sul, sendo enviado oportunamente os convites aos demais Regionais.

O Presidente do TRE-SP, usando da palavra, falou da impossibilidade de concretização do voto do preso provisório pelo grande número de presos existente naquele Estado e por outras dificuldades relacionadas ao alistamento desses eleitores.

O Presidente do Colégio, por sua vez, também falou das dificuldades encontradas no Estado do Rio de Janeiro para levar a efeito o direito de voto do preso provisório, antecipando que o tema, por sua relevância, poderá constar de carta do Colégio, após mais profundo debate. A Dra.

Mariza de Melo Porto, do TRE-MG, recordando pedidos anteriores formulados junto ao Regional mineiro, asseriu que o preso provisório encontra-se com sua liberdade de ir e vir limitada, constituindo impedimento jurídico ao exercício do voto enquanto preso estiver, de modo que a impossibilidade do preso votar não decorre apenas de problemas operacionais, mas de ordem legal.

No caso do Paraná, o Des. Jesus Sarrão disse ter solicitado, naquele Estado, informações sobre os presos provisórios no dia da eleição, para fins de justificação eleitoral.

Deliberou o Colégio pela discussão da matéria no próximo encontro, a ser realizado em Curitiba-PR, após maior estudo do tema.

O Exmo. Des. Alberto Motta Moraes, encerrou, assim, às dezessete horas e trinta minutos, os trabalhos do primeiro dia.

Aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e nove, às dez horas e vinte minutos, o Des. Alberto Motta Moraes, Presidente do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais, cumprimentou a todos e reabriu os trabalhos.

Na oportunidade, anunciou a presença do Min. Carlos Ayres Britto, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral.

Com a palavra, o Min. Carlos Ayres Brito cumprimentou os presentes e disse ter grata satisfação em participar dos trabalhos, dando especial destaque para a discussão sobre a reforma eleitoral, constituindo uma feliz iniciativa do Colégio, uma vez que essa medida tem por objetivo colaborar com o Poder Legislativo a fim de dotar o país de uma legislação serviente à expectativa da sociedade e condizente com o regime democrático. Asseverou que o encontro se reveste de magnitude ímpar, exatamente por revelar o propósito de colaborar com o legislador, mas com a preocupação de não haver retrocesso, de modo que a legislação não sirva de móbil para derruir os pilares da transparência e da licitude. Continuando, disse que o financiamento de campanha deve ser transparente, permitindo que se conheça o itinerário dos recursos desde o doador até o seu destino final, quando utilizado pelo

candidato. Ao final, enalteceu o Colégio pela iniciativa e ressaltou o desejo de ver uma Justiça Eleitoral cada vez mais eficaz, Justiça essa que tem a honra ser o ramo do Judiciário mais diretamente incumbido da defesa da democracia representativa.

Em seguida, o Des. Alberto Motta Moraes, Presidente do Colégio, anunciou a presença, na mesa, do Dr. José Ezequiel Aurélio Chilungo, Chefe do Gabinete da Comissão Nacional Eleitoral de Angola e da Comissão Provincial Eleitoral de Benguela, estando no Brasil em busca de informações e novos conhecimentos para o aprimoramento do processo eleitoral em seu país.

Finalmente, anunciou que o Dr. Hélio Miranda, representante do TRE-TO nos trabalhos do Colégio, foi eleito Presidente de um colégio de juristas eleitorais por seus pares, em reunião ocorrida paralelamente a este Encontro.

**PAUTA - ITEM 7:** Em seguida foi apresentado o painel Tela Resumo de Votos pelos Secretários de Tecnologia da Informação do TSE e do TRE-SE, respectivamente, Drs. Giuseppe Dutra Janino e José Carvalho Peixoto. A Tela Resumo de Votos constitui uma alternativa como mecanismo para permitir ao eleitor a revisão e confirmação dos votos por ele digitados na urna eletrônica, tornando mais transparente o processo de recepção dos votos. O modelo de tela com o resumo dos votos consta de anexo à Resolução nº 22.995/2008, do Tribunal Superior Eleitoral. Foram apresentadas as estimativas do tempo de votação gasto pelos eleitores com a digitação dos números dos candidatos e teclas de confirmação de voto, considerando seções com números variáveis de eleitores. Esclareceu-se que, tendo o eleitor necessidade de correção de qualquer voto, terá que repetir todo o procedimento de votação, uma única vez. Foi destacada a necessidade de divulgação das novidades da próxima eleição e treinamentos de eleitores, sobretudo nas localidades onde o eleitorado encontra maior dificuldade no manejo da urna eletrônica.

O Diretor-Geral do TRE-PR, Dr. Ivan Gradowski, sugeriu que, após a

visualização da tela de resumo, fosse possível ao eleitor redigitar apenas os votos nos cargos que eventualmente estejam em desacordo com sua intenção de voto.

O Des. Luiz Carlos Santini, Presidente do TRE-MS, manifestou-se no sentido de evitar toques em excesso na votação mediante a possibilidade de confirmação dos votos somente após a visualização, na tela, da foto do candidato.

O Presidente do TRE-SP, Des. Marco César Muller Valente externou preocupação com a demora no processo de votação após a implementação dessa nova tela na urna, sugerindo que, pelo menos, fossem adotadas duas umas por seção eleitoral.

O Presidente do TRE-RO, Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes, indagou da possibilidade de haver telas de resumo para cada cargo, não para a totalidade dos cargos, ao final da votação, sendo acompanhado pelo Presidente do TRE-MS, Des. Luiz Carlos Santini, para quem essa solução depende apenas do desenvolvimento de *software*, não parecendo, à primeira vista, uma medida complicada. Seria, na sua ótica, uma alternativa ao voto impresso.

O Des. Jesus Sarrão, Presidente do TRE-PR asseverou que essa tela não evitará os erros recorrentes no processo de votação porque um dos fatores de equívoco mais freqüentes seria a ordem de votação, que deveria iniciar-se pelos cargos majoritários, em torno dos quais a disputa eleitoral é geralmente polarizada.

O Ministro Carlos Ayres Britto reconheceu que o eleitor valoriza o voto em cargos majoritários, em virtude da polarização da campanha eleitoral em torno desses cargos, mas teme que a inversão da ordem de votação possa levar o eleitor a votar apenas para tais cargos, abandonando o processo de votação antes de escolher candidatos aos cargos proporcionais.

O Des. Alberto Motta Moraes externou seu entendimento no sentido de que a tela de resumo fosse uma opção dada ao eleitor, acessando-a apenas ao confirmar seu interesse em conferir os votos digitados. Mostrou-se, do mesmo modo que o Presidente do TRE-SP, preocupado com as dificuldades



decorrentes da demora no processo de votação com a implantação da tela resumo.

Ato contínuo, foi apresentado um vídeo sobre o Centro Cultural da Justiça Eleitoral. Após breve pausa, os trabalhos foram retomados, com a apresentação dos itens seguintes da pauta.

**PAUTA - ITEM 8:** O Des. Alberto Motta Moraes, Presidente do TRE do Rio de Janeiro, dando continuidade aos trabalhos, informou que passaria ao principal tema de debate do dia, qual seja, a Reforma Eleitoral de que trata o Projeto de Lei nº 5.498, da Câmara dos Deputados. Ato contínuo, passou a palavra ao Juiz Luiz Márcio Alves Pereira, Diretor da Escola Judiciária do TRE-RJ, para apresentação de estudo levado a efeito por aquela Escola acerca do Projeto de Lei nº 5.498. Em breves palavras, disse que a EJE-RJ analisou o projeto legislativo com o propósito de formular sugestões que permitam o aperfeiçoamento da referida proposta em tramitação no Congresso Nacional. Passou, então, a palavra, a técnica da área de prestação de contas do TRE-RJ, que apresentou comentários aos arts. 37, §§ 3º a 6º; 39, § 5º; 44, I, IV e §§ 4º e 5º, da Lei nº 9.096/95, com redação dada pelo projeto de lei. Dada a palavra à Juíza Ana Lúcia Vieira, que apreciou as contas de campanha nas eleições de 2008 na cidade do Rio de Janeiro, também teceu breves considerações sobre a reforma eleitoral-partidária, com base em sua experiência no último pleito. Em seguida, foram examinados os arts. 11, § 7º; 22, § 1º; 22-A; 23; 24, IX e parágrafo único; 25; 29, §§ 3º e 4º; 31, *caput* parágrafo único; e 38, todos da Lei nº 9.504/97, de acordo com a redação sugerida no mencionado projeto de lei. Finalmente, a Juíza Ana Lúcia Vieira abordou sobre a redação proposta para o art. 30, §§ 5º e 6º, demonstrando preocupação com a celeridade processual em face dos prazos previstos nos referidos dispositivos legais. Novamente com a palavra, o Presidente do Colégio manifestou sua preocupação no sentido de que não haja retrocessos na legislação, citando exemplos de

situações verificadas em sede de propaganda eleitoral, em especial publicidade de empresa de outro estado da federação na mídia local, com cunho aparentemente político-eleitoral, demonstrando a necessidade de que a lei seja constantemente aperfeiçoada.

Anunciou a presença da Dra. Isabela Monteiro, do Ministério da Justiça, que apresentará, após o intervalo para almoço, painel sobre a segurança da urna eletrônica e o projeto de lei que versa sobre a impressão do voto.

Após o intervalo para almoço, os trabalhos foram retomados. Na ocasião, foi passada a palavra à Dra. Isabela Monteiro, do Ministério da Justiça, falou sobre a posição do Poder Executivo sobre pontos abordados nos projetos de lei sobre reforma política em tramitação no Congresso. Dada a palavra a servidora da equipe técnica do TRE-RJ, a título de esclarecimento sobre os pontos já abordados na parte da manhã, sobre a reforma eleitoral, disse que os prazos previstos no Projeto de Lei nº 5.498 são incompatíveis com os procedimentos cartorários.

Em continuidade aos trabalhos do encontro, foi retomado o painel sobre a Reforma Eleitoral, constante do ITEM 8 desta ata, oportunidade em que o Juiz Luiz Márcio Alves Pereira passou a examinar os arts. 36, §§ 3º a 5º; 36-A; 37, §

2º; 39, § 9º; 39-A; 40-B; todos propostos no PL 5.498, sobre propaganda eleitoral. O Des. Alberto Motta Moraes falou do problema da prevalência da legislação eleitoral sobre as leis municipais, ensejando, como exemplo, situações de poluição visual verificados na cidade do Rio de Janeiro em eleições passadas.

A Dra. Mariza de Melo Porto, do TRE-MG, teceu observações sobre a necessidade de reflexão em torno do art. 30-A, quanto à legitimidade ativa; quanto à possibilidade de aprovação de contas com ressalvas; quanto ao caráter decisório de exame de contas por setores técnicos com violação à jurisdição natural.

A Desa. Nelma Celeste Sousa Silva Sarney Costa, do TRE-MA, indagou

quais medidas serão adotadas pelo Colégio quanto à necessidade de emendas no projeto de lei em exame no encontro. Em resposta, o Presidente do Colégio informou que o Colégio manifesta preocupação com os dispositivos alcançados pela reforma, mas que é necessário adotar medidas pontuais.

Sobre o conflito das propagandas eleitorais com leis municipais, o Des. Jesus Sarrão, do TRE-PR, exemplificou tal divergência afirmando que há municípios que vedam todas as espécies de propaganda. Quanto às ressalvas nas prestações de contas, entende que os candidatos de menor condição econômica, que não contratam contadores, em geral, prestam contas de boa fé, incorrendo em erros meramente formais ou sobre valores irrisórios. O Des. Luiz Carlos Santini, do TRE-MS, e o Des. Jesus Sarrão, do TRE-PR, falaram da possibilidade de levar ao conhecimento dos parlamentares das bancadas dos respectivos estados a preocupação com eventuais retrocessos decorrentes de alterações legislativas em tramitação no Congresso. O Presidente do TSE, Min. Carlos Ayres Britto, afirmou que também aquela Corte Superior envidará esforços no sentido de contribuir para melhor exame dos pontos da reforma eleitoral em debate no Legislativo, podendo atuar inclusive junto ao Executivo, com a possibilidade de vetos a dispositivos específicos. Quanto à *internet*, entende que não deve ser equiparada a rádio e televisão, mas a jornais escritos.

O Des. Alberto Motta Moraes ressaltou o prestígio que o Colégio tem recebido, com a participação do Min. Carlos Ayres Britto, neste encontro, e do Min. Joaquim Barbosa no Encontro de Vitória, além da recepção dos participantes pelo Governador do Estado no Palácio Laranjeiras.

Lembrou do aniversário da Des. Eulália Maria Ribeiro Gonçalves Nascimento Pinheiro, Presidente do TRE-PI, ocorrido na último dia 26, e do aniversário do Des. Ari Jorge Moutinho da Costa, Presidente do TRE-AM, a ocorrer amanhã, 29 de agosto.

Com a palavra, a Des. Eulália Maria Ribeiro Gonçalves Nascimento Pinheiro agradeceu ao Presidente do TRE-SC, Des. Cláudio Barreto Dutra,

pela doação de um veículo microônibus, como unidade móvel de atendimento, ao TRE-PI. O Des. Alberto Motta Moraes destacou mais uma vez o espírito de colaboração entre os Tribunais Regionais Eleitorais, acrescentando que, independentemente de falhas na legislação e de quem esteja no exercício dos cargos na Justiça Eleitoral, esse ramo do Judiciário continuará sendo um exemplo a nível nacional e internacional.

**PALAVRAS FINAIS:** Concluída a pauta e após tomadas as deliberações correspondentes, o Presidente do Colégio, Des. Alberto Motta Moraes, proferiu palavras de despedida e agradecimentos a todos os participantes.

O Min. Carlos Ayres Britto agradeceu a participação no encontro, ressaltando a transparência e a tranquilidade que marcaram as últimas eleições na cidade do Rio de Janeiro.

**CARTA DO RIO:** Finalmente, foi assinada a Carta do Rio de Janeiro por todos os participantes do Colégio de Presidentes dos Tribunais Eleitorais.

Nada mais havendo a tratar, Sua Excelência, o Min. Carlos Ayres Britto, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, deu por encerrados os trabalhos da reunião. E para constar, eu, Desa. Eulália Maria Ribeiro Gonçalves Nascimento Pinheiro, Secretária, fiz lavrar a presente ata, a qual vai assinada pelo Exmo. Sr. Presidente e demais integrantes do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais.